

Rumo ao Desmatamento Zero

Rumo ao Desmatamento Zero

Introdução

O Brasil é um dos maiores exportadores de *commodities* mundiais e, de acordo com o *Global Canopy Programme*, uma *Commodity de Risco Florestal* (FRC) é definida como "bens e matérias-primas comercializados globalmente que se originam de ecossistemas de florestas tropicais, diretamente de áreas florestais ou de áreas anteriormente sob cobertura florestal, cuja extração ou produção contribui significativamente para o desmatamento e degradação tropical global".

Como a economia brasileira é dependente do setor agropecuário, especialmente com relação à produção de alimentos para abastecimento local ou exportação, muitas terras têm sido utilizadas intensamente para a agricultura mecanizada e produção de *commodities* agrícolas. Tais questões estão diretamente relacionadas à política governamental e à inserção da participação dos envolvidos no controle dos sistemas alimentares.

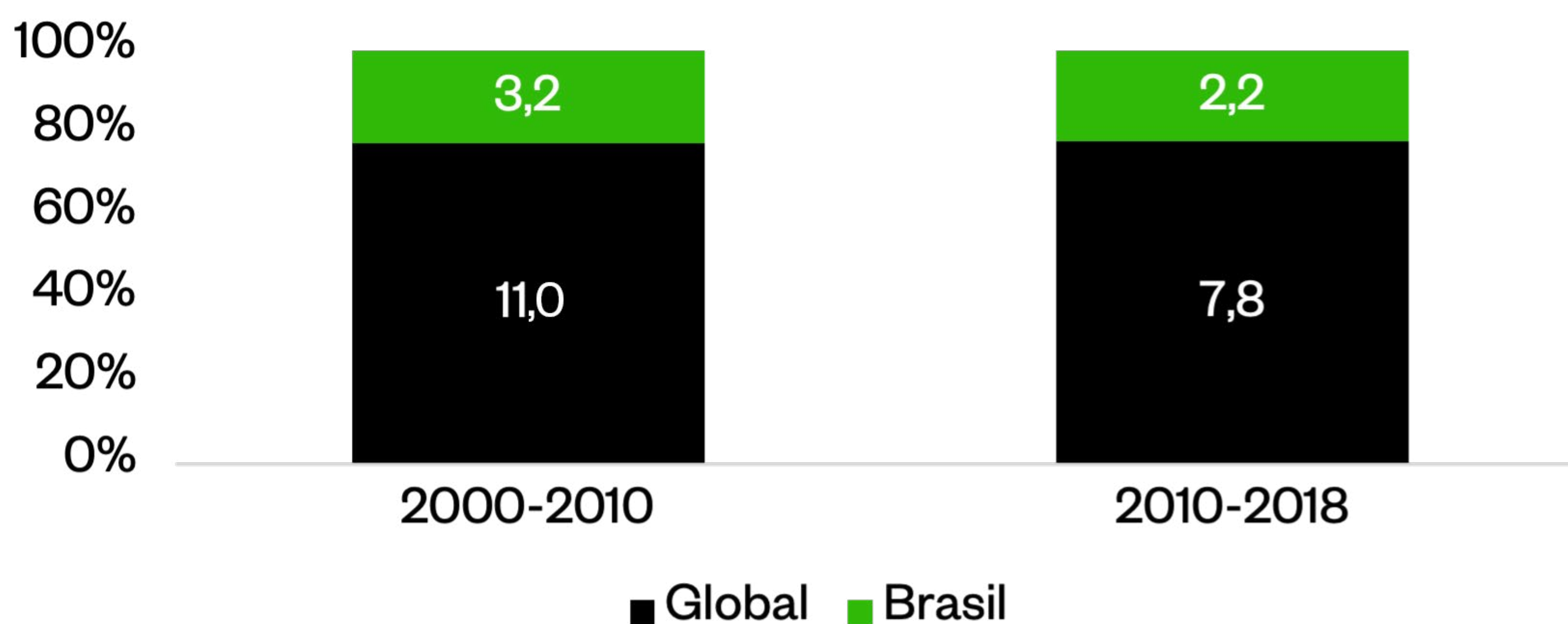
Nessa linha, o conceito de segurança alimentar e nutricional engloba a realização do direito de todos ao acesso permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, pautado em práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam socialmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis. Assim, o conceito de autossuficiência alimentar implica na capacidade de produzir alimentos para abastecimento local e regional, respeitando a adoção de modelos de produção sustentáveis, de forma que a sustentabilidade econômica possa ser aliada às necessidades locais de abastecimento, proteção do meio ambiente e da saúde das pessoas.

Sob a ótica de geração de GEE, a agricultura e uso da terra são segmentos associados a geração de externalidade negativa, reflexo de suas práticas, uma vez que contribuem para emissão de cerca de 12,5 Gton de CO₂eq por ano. Contudo, apesar de parte do problema, o segmento também pode ser um dos vetores de solução, uma vez que tem potencial de ser *carbon sink* até 2050, capturando cerca de 10 Gton¹ por ano. Compreendendo essa importância, o desmatamento zero é um dos meios necessários para que essa reversão aconteça para transformar a dinâmica setorial, passando a se enquadrar como um segmento gerador de externalidade positiva.

A problemática do desmatamento no cenário atual

De acordo com a Pesquisa de Sensoriamento Remoto da Avaliação Global de Recursos Florestais conduzida pela FAO², em escala global, o desmatamento anual diminuiu cerca de 29% – de 11 milhões de hectares por ano na década de 2000-2010 para 7,8 milhões de hectares por ano no período de 2010-2018. Segundo o MapBiomas, o desmatamento no Brasil também diminuiu cerca de 31% – de 3,2 milhões de hectares por ano na década de 2000-2010 para 2,2 milhões de hectares por ano no período de 2010-2018. Apesar dos avanços nesse período, o Brasil já figurava como um precursor do desmatamento global.

Desmatamento por hectare (em milhões)

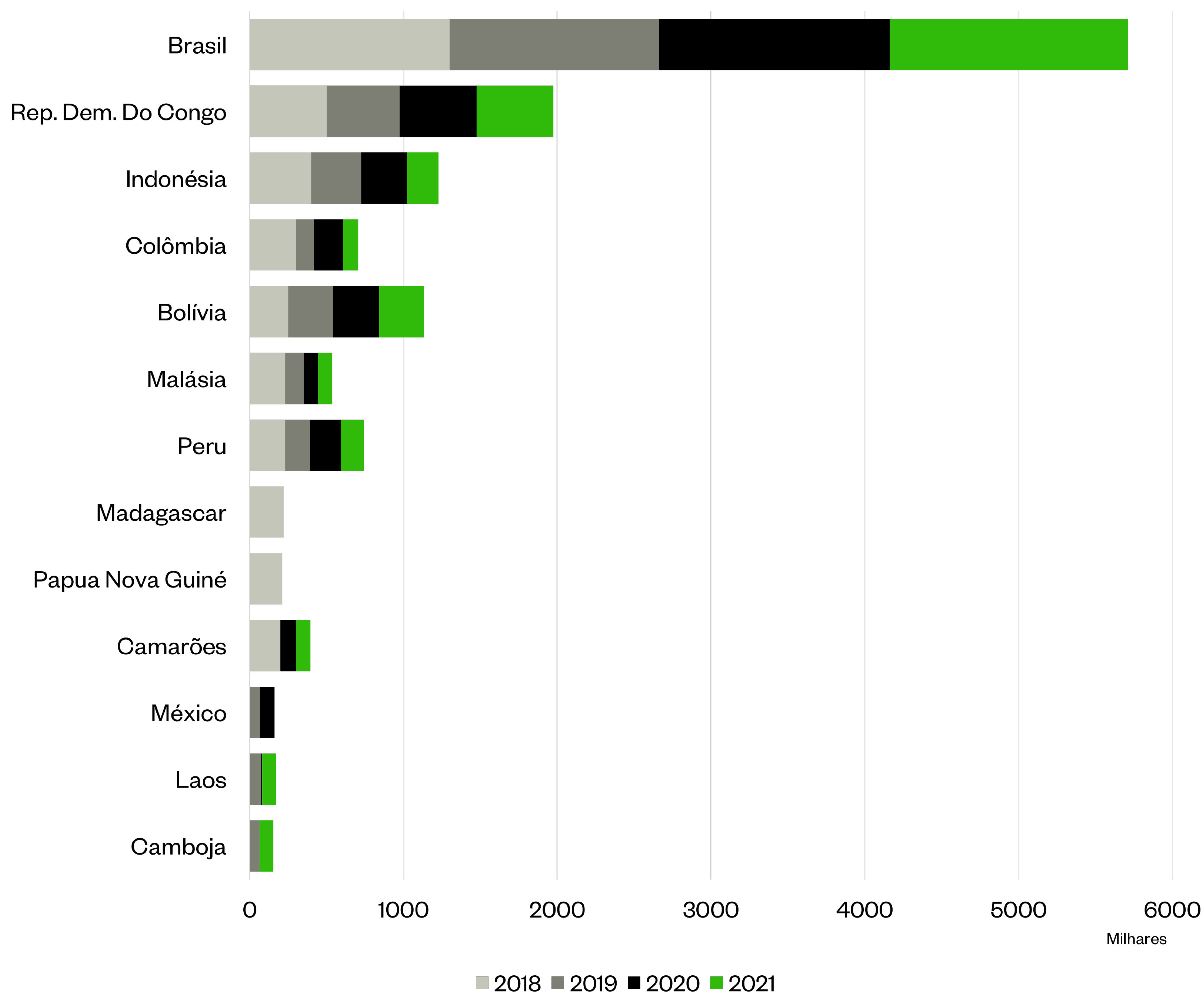


Fonte: FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) e MapBiomas

1. Conservation International
2. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

No entanto, durante o período de 2018 a 2021, o monitoramento realizado pelo Global Forest Watch (GFW) apontou que o Brasil liderou o ranking mundial de devastação florestal, sendo responsável por 40% da extinção de florestas do planeta. Esses dados mostram que o desenvolvimento agrícola insustentável e outros usos da terra continuam a exercer forte pressão sobre nossas florestas, especialmente em países com menor grau de desenvolvimento.

Países com a maior perda de florestas tropicais primárias (em hectares)



Fonte: Global Forest Watch

Principais *commodities* e seus impactos no desmatamento

Para que um compromisso seja crível, é necessário que o mesmo não somente leve em consideração a urgência global do desmatamento, mas também que esse posicionamento seja elaborado tendo em vista a materialidade da atividade operacional para instituição. Para tal, buscamos compreender os impactos da produção e comércio de carne bovina, couro, óleo de palma, soja, madeira e papel e celulose — *commodities* críticas para a realidade brasileira — de forma a sermos capazes de melhor orientar o nosso posicionamento em relação ao desmatamento.

1. Couro e Carne Bovina

Três de cada quatro hectares de terras públicas desmatados deram lugar a pasto para a atividade de pecuária na Amazônia³. A demanda global por carne bovina, além de impulsionar o desmatamento, provoca a destruição dos meios de subsistência de comunidades indígenas e de pequenos proprietários quando feita de maneira impropriedade. O Brasil é um dos maiores produtores de carne bovina do mundo, sendo responsável por 16,2% da produção mundial⁴, em uma atividade que não só gera diversos impactos socioambientais, como tem sido um driver para crescimento do desmatamento.

2. Soja

A soja é o principal produto agrícola brasileiro e o país atingiu o posto de maior produtor mundial, com uma produção de 135,4 milhões de toneladas, em 38,5 milhões de hectares de área plantada⁵ no ano de 2021. A problemática envolve o desmatamento e/ou ocupação de áreas previamente desmatadas – em alguns casos por pecuaristas –, uma vez que, após anos de uso, o pasto fica empobrecido e o gado é transportado para outros locais, sendo substituído pela soja. Como consequência disso tem-se, de forma direta ou indireta, a perda da biodiversidade e o desequilíbrio ambiental devido ao plantio inadequado de soja.

3. Dados do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia)

4. Dados do USDA (U.S. Department of Agriculture)

5. Dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento)

3. Óleo de palma

A palmeira é uma planta tropical ou subtropical, e as áreas de floresta tropical são as mais adequadas para o seu crescimento. Por conta disso, são as principais áreas a sofrerem o desmatamento quando produtores de óleo de palma querem expandir seus negócios.

A Indonésia e a Malásia são os principais produtores mundiais de óleo de palma, contribuindo com 85% da oferta total⁶. O Brasil é o décimo maior produtor mundial de óleo de palma e se diferencia pelas suas práticas sustentáveis, já que a legislação brasileira exige que a palma seja cultivada apenas em áreas já degradadas. Apesar desse cenário brasileiro positivo, em escala mundial, ainda há preocupações com relação as plantações que ocupam o lugar de grandes frações florestais, e o aumento do seu cultivo - quando feito de forma inapropriada, sem boas práticas sustentáveis - contribui para geração de impactos socioambientais negativos, como perda de biodiversidade local, inclusive extinção de espécies nativas⁷.

4. Madeira, Papel e Celulose

A celulose no Brasil atingiu sua maior produção em 2021, com 22,5 milhões de toneladas⁸ e a fabricação de papel registrou sua maior alta em um ano, com 10,7 milhões de toneladas. A venda doméstica de painéis de madeira chegou ao seu nível mais elevado na série histórica, com 8,2 milhões de m³ negociados dentro do país. Neste cenário, devido as condições climáticas favoráveis e ao baixo custo da produção, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial de produtores de celulose e tem exportado mais de 15 milhões de toneladas de celulose por ano⁹, só ficando atrás dos Estados Unidos. Embora no Brasil parte do papel ser produzido a partir de madeira reflorestada, a dificuldade encontrada nesse setor está associada a extração ilegal de madeira para indústrias cuja matéria prima é esta *commoditie*, com potencial de geração de impactos que comprometam a biodiversidade local.

7. [WWF - World Wide Fund For Nature](#)

8. [Bóltim Cenários Iba](#), produzido pela Indústria Brasileira de Árvores

9. [Dados do IBA e FAO](#)

Escopo do Compromisso



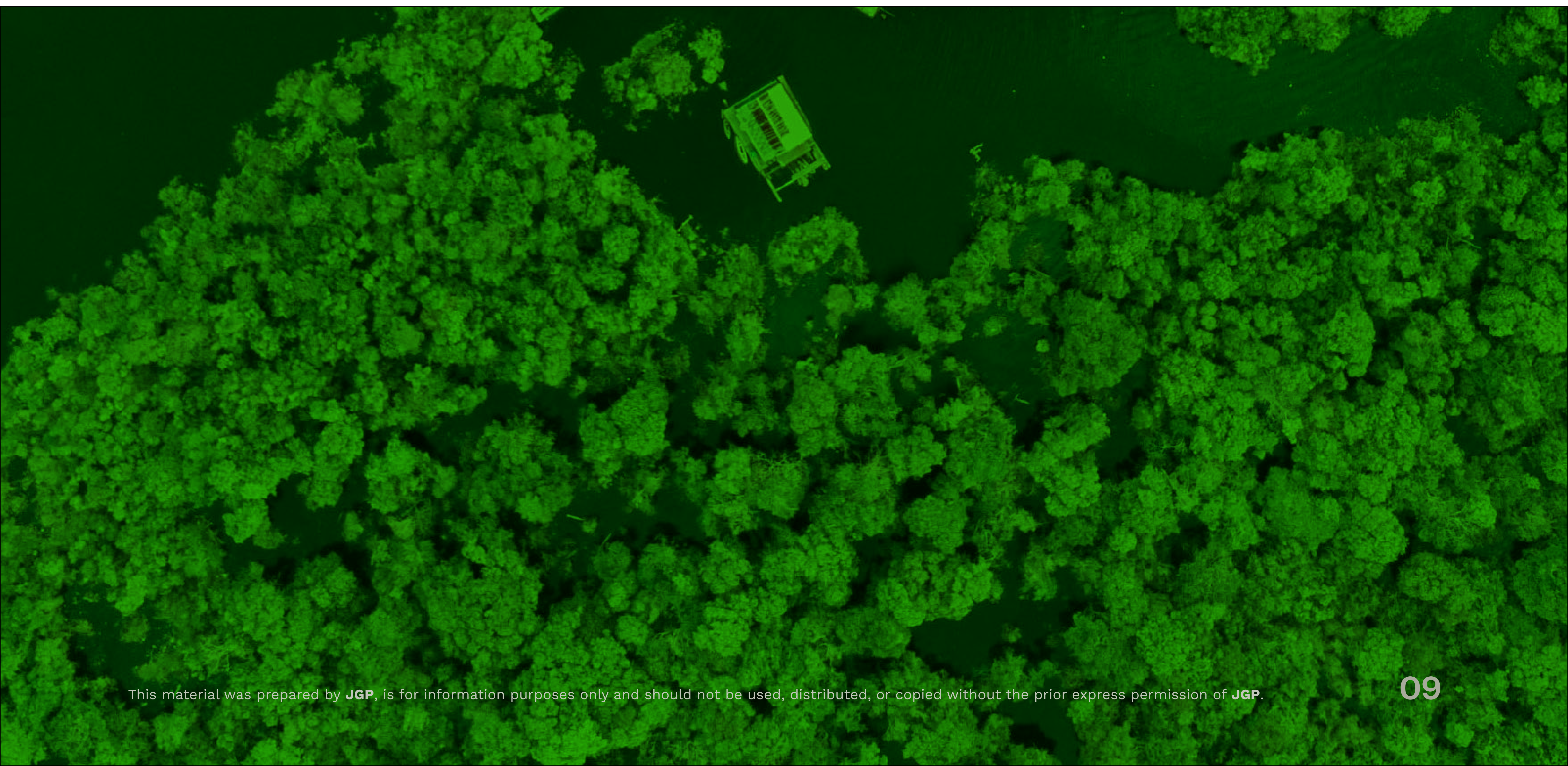
O compromisso em relação ao desmatamento parte de uma compreensão da extensão do problema. Dada sua magnitude, compreendemos que não existe uma solução única e, portanto, nosso compromisso deve endereçar o desmatamento não somente de forma direta, mas também compreendendo e avaliando toda a cadeia produtiva que inclui as empresas do portfólio envolvidas na produção e comércio de *commodities*, com risco de desmatamento, para o alinhamento com a Taxonomia da União Europeia com foco na mudança dos fluxos financeiros para uma economia sustentável.

Na esteira das mudanças necessárias, assumimos importantes compromissos que impactam diretamente nossa capacidade na gestão de risco de desmatamento. Com a assinatura do *Finance Sector Deforestation Action (FSDA)*, assinado por 32 instituições, com cerca de US\$8,7 tri de ativos sobre gestão, nos comprometemos a eliminar o investimento em atividades vinculadas ao desmatamento a partir de 2025. O compromisso conta com etapas intermediárias, visando uma convergência gradual em relação ao desmatamento zero, e está atrelado às cadeias de soja, couro e carne bovina, papel e celulose e óleo de palma. O compromisso incentiva o foco na administração contínua, visando a gestão de portfólios livres de riscos florestais impulsionados por *commodities* agrícolas oriundas das atividades de desmatamento.

Outro importante compromisso, estritamente relacionado a essa temática, é o *Net Zero Asset Managers Initiative*, no qual não só nos comprometemos a ser carbono neutro junto a outras 290 gestoras de recursos globais que somam USD66 trilhões de ativos sob gestão, como também reduzimos em 10 anos a nossa meta, nos comprometendo a ser Net Zero até 2040.

É nítida a percepção de que a capacidade de nos tornarmos Net Zero está inteiramente relacionada a nossa capacidade de endereçar o risco de desmatamento. Acreditamos, contudo, que essa habilidade não pode se restringir somente à gestão de risco, mas também deve incorporar o fomento a estratégias inovadoras, sobretudo aquelas que apoiam o desenvolvimento de novas tecnologias que associem o manejo sustentável ao retorno financeiro. O IFACC, assinado na COP26, é um compromisso voltado para os biomas da Amazônia, Cerrado e Chaco, que atende nossa capacidade de criarmos oportunidades financeiras a partir do apoio a cadeias de grãos e pecuária livres de desmatamento nessas paisagens.

Essa discussão perpassa, portanto, pela compreensão e comprometimento em proteger e restaurar os diversos biomas ameaçados pela atividade antrópica. Nessa linha, nos tornamos signatários do *Finance for Biodiversity*, junto a outros 126 membros, somando cerca de €18.8 tri de ativos sob gestão, cujo objetivo é colaborar, engajar, e avaliar seu próprio impacto sobre a biodiversidade, estabelecendo metas e relatando avanços sobre a temática até 2024.



Abordagem

Assim como não há uma solução única, também não há uma abordagem unificada que seja capaz de mensurar e mitigar o risco de desmatamento em um portfólio. Essa análise engloba diversas frentes de atuação, que incluem:

01.

**Estabelecimento
de métricas
analíticas**

02.

**Política de
Engajamento**

03.

Reporting

O posicionamento da JGP aplica-se aos portfólios geridos pela JGP Gestão de Recursos e JGP Gestão de Crédito no tocante à ativos envolvidos na produção e comércio de *commodities* agrícolas, particularmente o óleo de palma, soja, papel e celulose, madeira, carne e couro.

Para tal, faz-se necessário integrar os desafios e oportunidades relacionadas ao desmatamento na gestão de portfólio, tais como gestão de riscos, engajamento e *reporting*, a fim de demonstrar seus empenhos perante o mercado e a sociedade, fomentando um processo transparente e colaborativo.

01. Estabelecimento de métricas analíticas

Buscando maior grau de assertividade em nosso processo decisório, temos um Comitê de Sustentabilidade que possui 5 grupos de trabalho com diferentes focos, inclusive um de Frameworks de Análise. O *framework* é uma forma de quantificar o nosso processo de análise ESG, tornando as empresas setorialmente comparáveis. Para elaboração desse processo – que pode ser visto em mais detalhes em nosso **Manual ASG**, consideramos padrões internacionais, como o SASB. A depender da materialidade de cada atividade operacional, o risco de desmatamento é levado em conta no processo analítico em três níveis: (1) políticas e diretrizes, (2) indicadores e práticas, e (3) análise de controvérsias. Contudo, para que uma abordagem sistemática seja gradualmente implementada, é necessário disponibilidade das informações adequadas.

Partimos do ponto de vista que solucionar um problema envolve conhecimento completo sobre ele. O grande desafio não está relacionado a mensuração e ao acompanhamento do desmatamento direto, mas sim na análise da cadeia produtiva que envolve essas *commodities*, que adiciona um maior nível de complexidade, sobretudo quando se trata de rastreabilidade, dada sua extensão. Parte desse desafio também está relacionado a adoção de uma abordagem sistêmica e parametrizada para análise de portfólio, que se não incorporada da maneira devida, cria-se um vácuo, perdendo a capacidade de escalar o processo analítico.

O desafio analítico está ligado à escassez de dados que forneçam a adequada granularidade e precisão de informações relevantes para compreensão do risco de desmatamento.

Essa ausência de informações se dá, sobretudo, quando tratamos de algumas *commodities* agrícolas, como o óleo de palma, soja, papel e celulose, madeira, carne bovina e couro. Assim, não só nos comprometemos a fomentar boas práticas de *disclosure* no âmbito corporativo, como também atuar conjuntamente a outras instituições para que avanços nesse escopo sejam possíveis, como o *Letter on Advancement of Deforestation Data*, assinado pela JGP junto a outros signatários em 2022.

As tecnologias a serem utilizadas em nosso processo de análise serão definidas a partir da exposição ao risco dos produtos financeiros, característica da paisagem e da cadeia produtiva monitorada, podendo ser, mas não se limitando, a análise de relatórios de terceira parte, monitoramento via satélite e investigação de controvérsias.

02. Política de engajamento

O engajamento é uma importante ferramenta nesse processo complexo, que não só envolve diferentes níveis de relacionamento, como também diversos *stakeholders*, inclusive os acionistas. Acreditamos que o desmatamento zero não pode ser alcançado no âmbito individual ou soberano se ficar restrito ao relacionamento entre duas partes devendo, portanto, ser feito em alguns segmentos, a saber:

— Empresas

Acreditamos que o impulsionamento das empresas para as melhores práticas relativas à sustentabilidade, sobretudo ao desmatamento, é a forma mais produtiva e eficaz para que haja progresso, em comparação à simples exclusão dessas empresas de nossas carteiras de investimento.

Nossa perspectiva é de que esse comprometimento não deve somente remeter ao desmatamento de maneira direta, mas também deve ser orientado pelo respeito aos direitos humanos, levando em consideração o respeito aos povos originários e comunidades locais. Esse processo também deve englobar o direito dos trabalhadores, que também devem ser reconhecidos e respeitados em todas as atividades produtivas e de comércio nas suas operações e cadeias de abastecimento e para conduzir negócios.

A estratégia geral de engajamento da JGP – detalhado em nosso **manual ASG** – desdobra-se em três protocolos de engajamento: Engajamento Responsivo, Engajamento derivado dos compromissos assumidos e o Engajamento através de nossa política de voto. Nosso objetivo é mensurar e intensificar progressivamente o nível de engajamento com companhias expostas ao risco de desmatamento, buscando não só promover boas práticas relativas ao tema, mas quando cabível, propor o uso de mecanismos financeiros para solução ou mitigação do problema.

— **Policy Makers, organizações multilaterais, sociedade civil organizada e Academia**

Não podemos ter nossa atuação restrita ao setor privado. Historicamente, podemos observar que grandes mudanças não acontecem de forma isolada, e por isso acreditamos que o engajamento deva ser realizado de maneira abrangente, unindo diversos segmentos de atuação e campos de conhecimento, que incluem *policy makers*, organizações multilaterais, Academia e a sociedade civil organizada, sendo parte do nosso compromisso, portanto, o engajamento com essas entidades.

Dessa forma, é possível extrair o melhor de cada uma dessas organizações, valendo-se não somente da abundância de capital intelectual, mas também habilidade de articulação, catalisando nossa capacidade de fomentar boas práticas socioambientais nas companhias, sendo essa abordagem parte da nossa estratégia para combater o avanço do desmatamento.

03. Reporting

O *reporting* é uma importante ferramenta de alinhamento entre a JGP e os nossos *stakeholders*. A partir dele, é possível não só relatar nossos avanços e complexidades em relação a temática, como também conscientizar nossos investidores sobre a nossa abordagem para o desmatamento.

Dessa forma, nos comprometemos a divulgar anualmente - a partir de 2023 - os avanços obtidos em nosso processo analítico, fornecendo indicadores quantitativos e qualitativos relativos à nossa cobertura de risco de desmatamento para os nossos portfólios.

Quem é a JGP

Somos uma gestora de recursos independente, com mais de duas décadas de experiência no Brasil e no exterior.

SAIBA MAIS

Como uma empresa fundada em 1998 e com R\$33,3bi de ativos sob gestão, compreendemos nosso papel como Gestora de Recursos Responsável, e estamos comprometidos em avaliar e endereçar os riscos atrelados ao desmatamento na análise de ativos constantes de nossos portfólios, em cumprimento de nosso dever fiduciário, zelando pela proteção dos interesses de nossos cotistas.



**Rio de Janeiro - RJ — Brasil**

Rua Humaitá 275, 11th & 12th floors
Humaitá, Rio de Janeiro - RJ
Postal Code: 22261-005
Phone +55 21 3528.8200
www.jgp.com.br

São Paulo - SP — Brasil

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2277
Unit 1904, 19th floor – Jd. Paulistano
São Paulo – SP — Brasil
Postal Code: 01452-000
Phone +55 11 4878.0001

Este material é meramente informativo e não considera os objetivos de investimento, a situação financeira ou as necessidades individuais de um ou de determinado grupo de investidores. Recomendamos a consulta de profissionais especializados para decisão de investimentos. Fundos de Investimento não contam com a Garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto ou do regulamento do Fundo de Investimento antes de aplicar seus recursos.

Descrição do tipo ANBIMA disponível no formulário de informações complementares. As rentabilidades divulgadas são líquidas de taxa de administração e performance e bruta de impostos. As informações e conclusões contidas neste material podem ser alteradas a qualquer tempo, sem que seja necessária prévia comunicação. Este material não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído sem a prévia e expressa concordância da JGP.

Para maiores informações, consulte nossa área comercial: jgp@jgp.com.br.

Signatory of:

